



INAF BRASIL 2011

Principais resultados

**Pesquisa gera conhecimento
O CONHECIMENTO TRANSFORMA**

Equipe

Ação Educativa

Vera Masagão Ribeiro (Coordenação geral)
Roberto Catelli Junior (Coordenação do Programa de EJA)
Luis Felipe Soares Serrao (Assessor do Programa de EJA)

Instituto Paulo Montenegro

Ana Lucia Lima (Coordenação)
Fernanda Cury (Consultora de projetos)

IBOPE Inteligência

Márcia Cavallari
Hélio Gastaldi
Alessandra Olivato
Rosy Rosendo
Paula Yamakawa e Equipe de Estatística
Rita Oliveira e Equipe de Processamento de Dados

Consultores

Prof. Dr. Tufi Machado Soares (CAED/UFJF)
Prof. Carlos A. Huaría Contreras (CAED/UFJF)



Ação Educativa

Rua General Jardim, 660
Vila Buarque - 01223-010
São Paulo – SP - Brasil
Fone: +55 11 3151-2333
www.acaoeducativa.org
comunica@acaoeducativa.org

Instituto Paulo Montenegro

Alameda Santos, 2101
Cerqueira César - 01419-002
São Paulo – SP - Brasil
Fone: +55 11 3066-1708
www.ipm.org.br
ipm@ibope.com

IBOPE Inteligência

Alameda Santos, 2101
Cerqueira César - 01419-002
São Paulo – SP - Brasil
Fone: +55 11 3069-9400
www.ibope.com
inteligencia@ibope.com

O Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa – parceiros na criação e implementação do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) – apresentam as análises e interpretações dos resultados da mais recente mensuração dos níveis de alfabetismo da população adulta brasileira. Para essa edição, o período de campo ocorreu entre dezembro de 2011 e abril de 2012.

Criado em 2001, o Inaf Brasil é realizado por meio de entrevista e teste cognitivo aplicado a partir de amostra nacional de 2000 pessoas representativa de brasileiros e brasileiras entre 15 e 64 anos de idade, residentes em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do país.

Em 2011, completam-se dez anos desde a primeira edição do Inaf, sendo esta uma oportunidade para refletir sobre os avanços ocorridos e as demandas que ainda persistem no que se refere ao desenvolvimento dos níveis de alfabetismo no Brasil.

Avaliações em larga escala do desempenho escolar como a Prova Brasil, o ENEM e outros de âmbito estadual e municipal vêm alimentando o debate público sobre a qualidade dos sistemas de ensino. Muitas iniciativas, em âmbito governamental e não-governamental, têm sido postas em marcha para transformar o direito de acesso à escola no efetivo direito a aprender, na escola e ao longo de toda a vida.

Para além dos dados educacionais, o descompasso entre a oferta e a demanda de postos de trabalho qualificados e as dificuldades para alavancar a produtividade e a competitividade do produto brasileiro num mercado global reconfirmam a necessidade de priorizar a educação como projeto de nação e direito do cidadão.

O Inaf Brasil, ao retratar os níveis de alfabetismo da população brasileira adulta, traz dados inéditos e complementares que evidenciam a necessidade de implementar e fortalecer estratégias que combinem as políticas públicas e iniciativas da sociedade civil que assegurem a incorporação de crescentes parcelas de brasileiros à cultura letrada, à sociedade da informação, à participação social e política e ao leque de oportunidades de trabalho digno, responsável e criativo.

METODOLOGIA



O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) foi publicado anualmente entre 2001 e 2005, focalizando alternadamente habilidades de leitura e de escrita (2001, 2003 e 2005) e habilidades de cálculo e resolução de problemas (2002 e 2004). No ano de 2006, a metodologia do Inaf foi aperfeiçoada com a introdução da Teoria da Resposta ao Item (TRI)¹ que, por meio de uma série de análises dos dados disponíveis, possibilitou a construção de uma escala única – a escala de alfabetismo – integrando as habilidades de leitura e escrita (letramento) com as de matemática (numeramento). A partir de 2007, essas duas dimensões do alfabetismo passaram a ser mensuradas de forma integrada e simultânea, de modo a produzir um indicador mais sintético e abrangente.

Os itens que compõem o teste de alfabetismo envolvem a leitura e interpretação de textos do cotidiano (bilhetes, notícias, instruções, textos narrativos, gráficos, tabelas, mapas, anúncios, etc.). Além do teste, aplica-se um questionário que aborda as características sócio demográficas e as práticas de leitura, de escrita e de cálculo que os sujeitos realizam em seu dia a dia.

O Inaf define quatro níveis de alfabetismo:

- **Analfabetismo:** corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.).
- **Nível rudimentar:** corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica.
- **Nível básico:** as pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações.
- **Nível pleno:** classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparando e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.

Os níveis de alfabetismo acima definidos descrevem as habilidades medidas por meio da escala de alfabetismo, que inclui leitura, escrita e cálculo matemático. Foram mantidas também subescalas de letramento e de numeramento de modo a possibilitar estudos com foco específico.

¹ A Teoria da Resposta ao Item é uma técnica estatística que propõe modelos teóricos que representam o comportamento das respostas atribuídas a cada uma das questões como uma função da habilidade do indivíduo. Em outras palavras, cada questão do teste tem seu grau de dificuldade definido a priori e a pontuação (proficiência) de cada indivíduo respondente varia de acordo com o grau de dificuldade das questões que foi capaz de responder corretamente. Essa metodologia psicométrica é também utilizada em testes promovidos pelo MEC (Ministério da Educação), como o SAEB / Prova Brasil, ENCCEJA e ENEM e em estudos internacionais semelhantes, como os realizados pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação). A OCDE conduz o International Adult Literacy Assessment (IALS), uma iniciativa que, entre 1994 e 1998, recolheu dados comparativos de 19 países, quase todos na Europa e América do Norte. Em 2005, a UNESCO Canadá passou a conduzir uma iniciativa visando adaptar a mesma metodologia de estudo do alfabetismo para países com índices mais baixos de escolarização, o Literacy Assessment and Monitoring Programme (LAMP).

Para construir as séries históricas apresentadas neste relatório, foram consideradas as médias móveis de 2 em 2 anos para o período 2001-2005, uma vez que, até então, as habilidades de letramento e numeramento eram medidas separadamente, em anos alternados. O procedimento melhora a comparabilidade dos índices desses anos com os dados de 2007, 2009 e 2011, em que os dois domínios foram testados simultaneamente.

Nos levantamentos do Inaf Brasil, o intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos, sobre os resultados encontrados no total da amostra.

A definição de amostras, a coleta de dados e seu processamento são feitos por especialistas do IBOPE Inteligência que, com o mesmo rigor com que realizam seus demais trabalhos, oferecem esses serviços em apoio à ação social realizada pelo Instituto Paulo Montenegro. Para o desenvolvimento dos instrumentos de medição de habilidades, assim como para a interpretação dos resultados, o Inaf conta com a expertise da Ação Educativa - organização que há quase vinte desenvolve projetos de pesquisa e intervenção no campo da alfabetização e educação de jovens e adultos - além da contribuição de especialistas de importantes centros universitários do país.



RESULTADOS

INAF BRASIL 2011



Com seu último levantamento nacional, o Inaf completa uma série de 10 anos, na qual é possível perceber melhorias nos níveis de alfabetismo da população. Sem dúvida, tais melhorias correspondem à ampliação do acesso à escolarização, mas não na medida desejável. Os progressos localizam-se principalmente na transição do analfabetismo absoluto ou da alfabetização rudimentar para um nível básico de habilidades de leitura e matemática. Por outro lado, durante todo o período, mantém-se em torno de pouco mais de $\frac{1}{4}$ da população a fração dos que atingem um nível pleno de habilidades, aquele que seria, em princípio, esperado ao completar os 9 anos do ensino fundamental.

Na Tabela I, abaixo, pode-se observar a evolução dos níveis de alfabetismo (analfabeto, níveis rudimentar, básico e pleno) e também uma classificação sintética que opõe o analfabetismo funcional (analfabeto absoluto e alfabetização rudimentar) à alfabetização funcional (níveis básico e pleno de habilidades).

Tabela I
Evolução do Indicador de alfabetismo da população de 15 a 64 anos (2001-2002 a 2011)

Níveis		2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009	2011
BASES		2000	2000	2001	2002	2002	2002	2002
Analfabeto		12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%
Rudimentar		27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%
Básico		34%	36%	37%	38%	38%	46%	47%
Pleno		26%	25%	25%	26%	28%	27%	26%
Analfabeto e Rudimentar	Analfabetos funcionais	39%	39%	38%	37%	34%	27%	27%
Básico e Pleno	Alfabetizados funcionalmente	61%	61%	62%	63%	66%	73%	73%

Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011

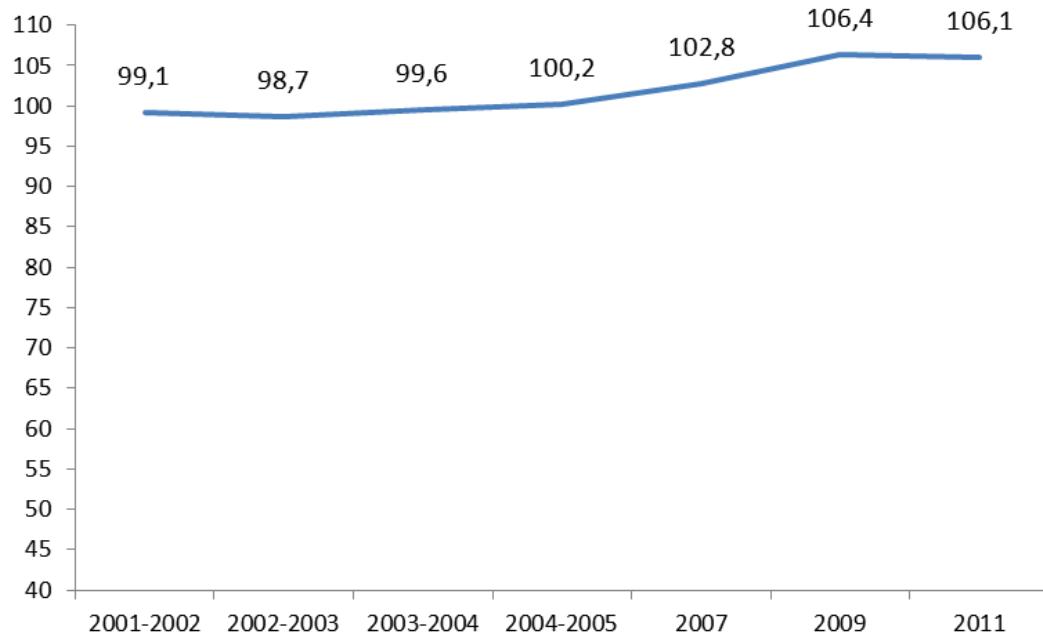
Obs.: Os resultados até 2005 são apresentados por meio de médias móveis de dois em dois anos de modo a possibilitar a comparabilidade com as edições realizadas nos anos seguintes.

Os dados indicam que:

- Na década, se reduz à metade o percentual de pessoas de 15 e 64 anos classificadas como analfabetas, indo de 12% em 2001-02 para 6% em 2011. A quantidade de pessoas no nível rudimentar também diminui, de 27% para 21%. Isso resulta numa redução do analfabetismo funcional de 12 pontos percentuais: 39% em 2001-02 e 27% em 2011.
- O grupo que atinge o nível básico de habilidades foi o que mais cresceu, passando de 34% para 47% da população nessa faixa etária.
- O percentual dos que atingem o nível pleno, entretanto, pouco variou ao longo dos 10 anos: as pequenas oscilações observadas permanecem dentro da margem de erro.
- Focalizando a atenção nos dois últimos levantamentos, o de 2009 e o de 2011, as diferenças observadas são insignificantes, mas confirmam a tendência que já se observava nos anos anteriores.

Uma forma mais sintética de representar esse progresso nas competências da população é comparar os escores médios a cada edição do Inaf, ilustrado no Gráfico I. Na escala de proficiência utilizada, que varia entre 0 e 200 pontos, o escore médio na escala de alfabetismo subiu 7 pontos no período compreendido entre 2001-2002 e 2011.

Gráfico I
Evolução do escore médio de alfabetismo



Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011

O efeito da escolaridade no alfabetismo

Assim como nas edições anteriores, os resultados do Inaf 2011 evidenciam a escolarização como o principal fator explicativo dos níveis de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos. Pela tabela abaixo, demonstra-se que quanto maior a escolarização, maior também é a probabilidade de alcançar os níveis mais altos de alfabetismo.

Tabela II
Nível de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por escolaridade da população em 2011

Níveis		Escolaridade				
		Nenhuma	Ensino Fundamental I	Ensino Fundamental II	Ensino Médio	Ensino Superior
BASES		158	378	476	701	289
Analfabeto		54%	8%	1%	0%	0%
Rudimentar		41%	45%	25%	8%	4%
Básico		6%	43%	59%	57%	34%
Pleno		0%	5%	15%	35%	62%
Analfabeto e Rudimentar	Analfabeto funcional	95%	53%	26%	8%	4%
Básico e Pleno	Alfabetizado funcionalmente	6%	48%	74%	92%	96%

Fonte: Inaf Brasil 2011

Pela leitura da tabela da página anterior, podem ser destacados os seguintes pontos:

- Entre aquelas pessoas sem nenhuma escolaridade, quase a totalidade (95%) são analfabetas funcionais, sendo que 41% foram consideradas de nível rudimentar.
- Entre aquelas que completaram de uma a quatro séries de escolaridade, mais da metade (53%) permanece nos níveis do analfabetismo funcional, com 45% chegando ao nível rudimentar. O nível básico é alcançado por menos da metade de grupo (43%) e só 5% atingem nível pleno.
- A maior parte dos indivíduos que completaram, no mínimo, um ano/série do segundo ciclo do ensino fundamental atinge o nível básico de alfabetismo (59%). Vale notar, no entanto, que um quarto das pessoas com essa escolaridade (26%) ainda podem ser classificadas como analfabetas funcionais.
- Entre as pessoas com ensino médio, nível no qual se esperaria que todos ingressassem já com alfabetismo pleno, temos apenas 35% nesse patamar. A maioria permanece no nível básico (57%).
- Mesmo entre as pessoas com nível superior, o nível pleno fica longe de corresponder à totalidade, abarcando apenas a 62%.

Lançando mão dos dados censitários produzidos pelo IBGE é possível constatar os notáveis avanços na cobertura da educação ocorridas nessa década, em especial no que se refere ao nível médio e superior. A tabela abaixo mostra que o percentual dos que têm nível médio aumentou 11 pontos percentuais entre 2000 e 2009 (de 24% para 35%), e os que chegam ao nível superior 6 pontos percentuais (de 8% para 14%).

Tabela III
Escolaridade da população de 15 a 64 anos no Brasil / IBGE

Escolaridade	Censo 2000		PNAD 2009	
Sem escolaridade	10%	10.866.552	9%	11.766.782
Ensino Fundamental I	30%	32.599.656	18%	23.533.564
Ensino Fundamental II	28%	30.426.345	24%	31.378.086
Ensino Médio	24%	26.079.725	35%	45.759.708
Superior	8%	8.693.242	14%	18.303.883
TOTAL	100%	108.665.519	100%	130.742.024

Fonte: IBGE: Censo Populacional 2000 e PNAD 2009 2010

Os dados do Inaf coletados entre 2001 e 2011, entretanto, mostram que o ganho em termos de anos de estudo não tem correspondido, na mesma proporção, a ganhos no domínio das habilidades de leitura, escrita e cálculo, como é possível ver na tabela abaixo. Comparando a primeira medida do Inaf Brasil em 2001-2002 com o levantamento realizado em 2011, apenas no primeiro segmento do ensino fundamental observa-se ganhos em relação à aprendizagem ao longo da década. Nos demais graus de escolaridade, diminui o percentual de pessoas que atingem o nível pleno de habilidades, esperado para o final do ensino fundamental II.

Tabela IV
Níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por escolaridade

Níveis	Até Ensino Fundamental I		Ensino Fundamental II		Ensino Médio		Ensino Superior	
	2001-2002	2011	2001-2002	2011	2001-2002	2011	2001-2002	2011
BASES	797	536	555	476	481	701	167	289
Analfabeto	30%	21%	1%	1%	0%	0%	0%	0%
Rudimentar	44%	44%	26%	25%	10%	8%	2%	4%
Básico	22%	32%	51%	59%	42%	57%	21%	34%
Pleno	5%	3%	22%	15%	49%	35%	76%	62%
Analfabeto e Rudimentar	Analfabetos funcionais	73%	65%	27%	26%	10%	8%	2%
Básico e Pleno	Funcionalmente alfabetizados	27%	35%	73%	74%	90%	92%	96%

Fonte: Inaf Brasil 2001-2002 e 2011

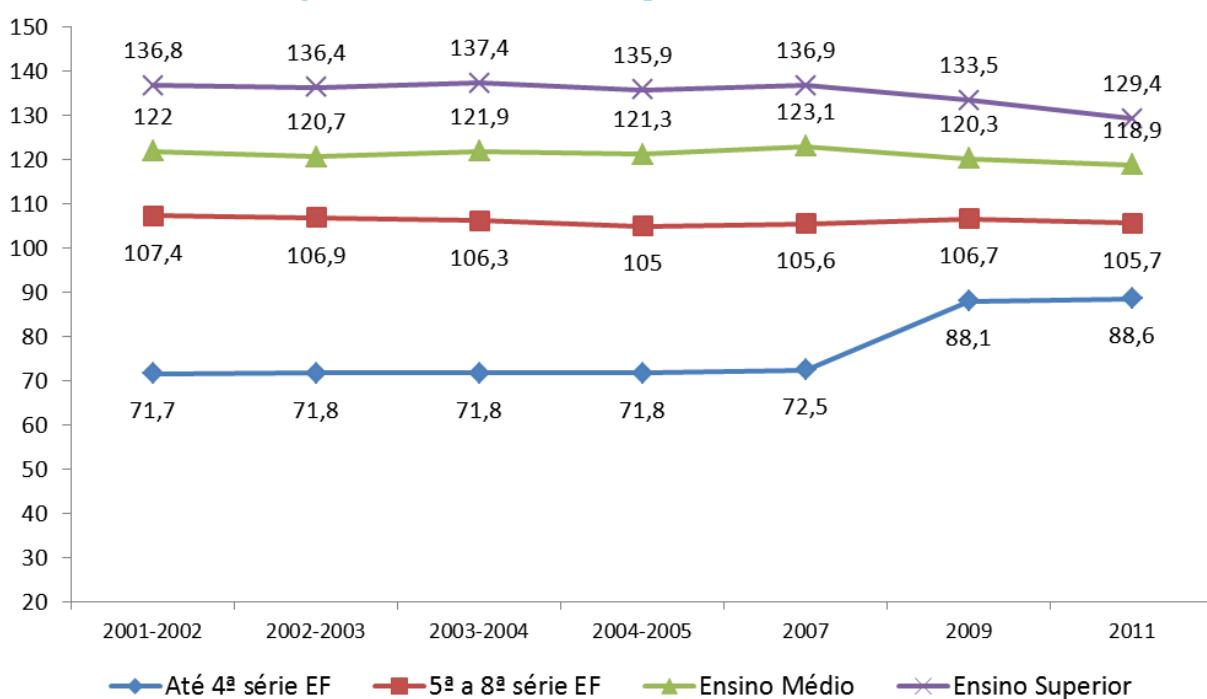
De acordo com os dados da tabela, se constata que:

- Há avanços importantes nos níveis de alfabetismo do grupo que cursou a primeira etapa do ensino fundamental: a proporção de analfabetos funcionais caiu de 73% para 65% ao longo da década, com um incremento de 10 pontos percentuais (de 22% a 32%) das pessoas que atingiram o nível básico de alfabetismo. É possível que esse avanço tenha se dado porque as pessoas conseguiram ficar mais tempo na escola (pelo menos até a 4ª série ou 5º ano), devido ao acesso a programas educativos não escolares com alguma eficácia ou ainda, por encontrarem mais oportunidades para exercer e desenvolver suas habilidades.
- Entre aquelas pessoas que cursaram o ensino fundamental II, nota-se uma estabilidade na proporção de analfabetos funcionais ao longo da década (entre 27% e 26%). No entanto, vale notar que cai de 22% para 15% a proporção de pessoas com nível pleno.

- Um comportamento semelhante pode ser observado dentre os brasileiros com ensino médio completo ou incompleto: há um decréscimo daquelas que atingem o nível pleno, de 49% para 35%. Ou seja, se, por um lado há uma significativa ampliação da proporção de pessoas que chega ao ensino médio, por outro lado há uma forte diminuição do nível de habilidades que aquele nível de ensino consegue garantir para a maioria dos estudantes.
- O efeito da diminuição das habilidades adquiridas ao longo da escolaridade básica se reflete também no nível superior. Nesse grupo, mantém-se a tendência observada anteriormente: cresce a proporção de brasileiros que chega ao ensino superior, mas reduz-se o desempenho médio do grupo. Com efeito, a proporção de alfabetizados em nível pleno caiu 14 pontos percentuais (de 76% para 62%) ao longo do período 2001-2011.

O mesmo fenômeno pode ser observado no gráfico abaixo, que compara os escores médios das pessoas com diferentes escolaridades. O desempenho médio melhorou entre aquelas pessoas com o primeiro ciclo do ensino fundamental (completo ou não), enquanto que entre aquelas com o segundo ciclo do ensino fundamental, com ensino médio e com nível superior (completos ou não) o escore médio caiu ao longo da década, com queda mais acentuada entre as pessoas com nível superior.

Gráfico II
Evolução dos escores médios, segundo escolaridade



Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011

Em síntese, os dados do Inaf mostram que o esforço despendido pelos governos e também pela população de se manter por mais tempo na escola básica e buscar o ensino superior não resulta nos ganhos de aprendizagem esperados. Novos estratos sociais chegam às etapas educacionais mais elevadas, mas provavelmente não gozam de condições adequadas para alcançarem os níveis mais altos de alfabetismo, que eram garantidos quando esse nível de ensino era mais elitizado. A busca de uma nova qualidade para a educação escolar em especial nos sistemas públicos de ensino deve ser concomitante ao esforço de ampliação de escala no atendimento para que a escola garanta efetivamente o direito à aprendizagem.

O comportamento por faixas etárias no período 2001-2011

Os níveis de alfabetismo nas faixas etárias mais jovens são significativamente mais altos do que os observados no segmento com idade mais avançada, uma vez que foram esses os grupos que mais se beneficiaram da recente expansão da educação básica.

Tabela V
Níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por faixas etárias

Níveis	15 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 49 anos		50 a 64 anos	
	2001-2002	2011	2001-2002	2011	2001-2002	2011	2001-2002	2011
BASES	632	511	458	468	538	577	372	446
Analfabeto	3%	0%	7%	2%	15%	6%	29%	17%
Rudimentar	19%	11%	26%	16%	31%	24%	37%	35%
Básico	43%	53%	35%	51%	32%	46%	23%	38%
Pleno	35%	36%	32%	31%	22%	24%	11%	10%
Analfabeto e Rudimentar	22%	11%	33%	18%	46%	30%	66%	52%
Básico e Pleno	78%	89%	67%	82%	54%	70%	34%	48%

Fonte: Inaf Brasil 2001-2002 e 2011

Na tabela V é possível observar que:

- Entre pessoas de 15 e 24 anos, há aumento de 11 pontos percentuais de pessoas que são funcionalmente alfabetizadas durante a década, chegando a quase 90% em 2011, com uma maioria atingindo o nível básico (53%). Deve-se destacar também uma quase superação do analfabetismo absoluto nessa faixa etária.
- No segmento entre 25 e 34 anos, observa-se um crescimento em 15 pontos percentuais na proporção de pessoas funcionalmente alfabetizadas, atingindo 82% em 2011 ante 67% em 2001-2002. Essa melhora se deve, sobretudo, ao aumento de 16 pontos percentuais na proporção de pessoas no nível básico, chegando a 51% em 2011 frente a 35% em 2001-2002.
- A mesma tendência pode ser observada na faixa compreendida entre 35 e 49 anos: há uma significativa redução das pessoas consideradas analfabetas nesta faixa etária, atingindo 6% em 2011 frente aos 15% de 2001-2002 e uma melhora de 14 pontos percentuais na proporção de pessoas de nível básico.
- Por fim, observam-se ganhos semelhantes na faixa etária mais elevada, na qual a proporção de pessoas funcionalmente alfabetizadas sai de 34% em 2001-2002 e chega a 48% em 2011, um acréscimo de 14 pontos percentuais. Mais uma vez, tal melhora se deve, principalmente, ao aumento de 15 pontos percentuais no nível básico. Destaca-se ainda a significativa redução de pessoas desta faixa etária consideradas analfabetas nesta última edição (17%) em relação à primeira edição do Inaf (29%).

Em nenhuma das faixas etárias consideradas, houve aumento significativo da proporção de pessoas no nível pleno.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução do alfabetismo dos diferentes grupos etários ao longo da década.

Gráfico III

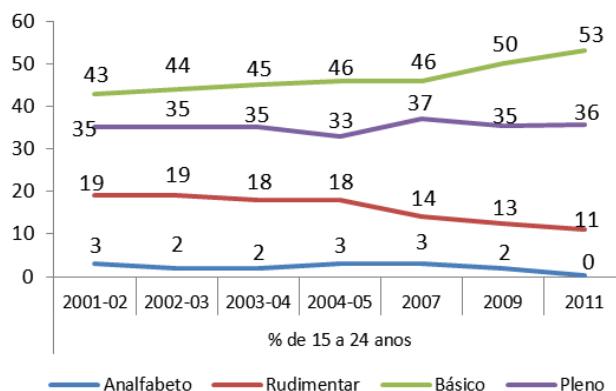


Gráfico IV

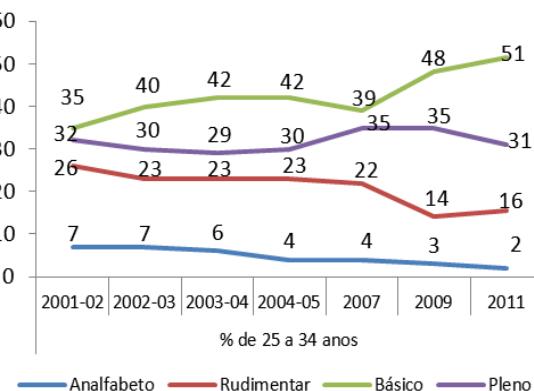


Gráfico V

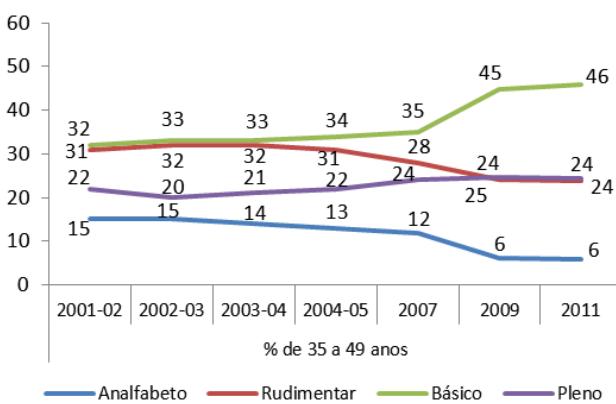
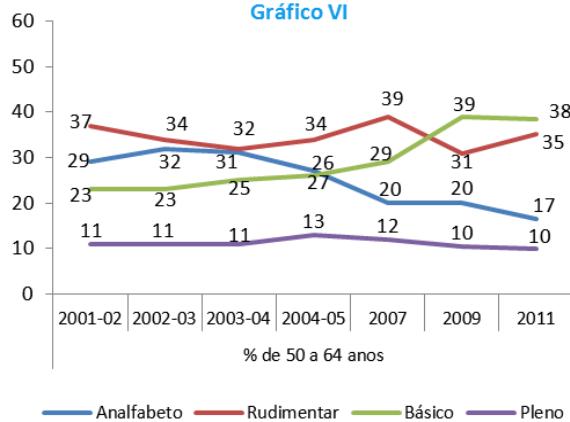


Gráfico VI



Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011

Níveis de alfabetismo entre homens e mulheres

Segundo os dados do IBGE, a escolaridade de homens e mulheres entre 15 e 64 anos apresentou evolução positiva entre 2000 e 2009, aumentando ligeiramente as diferenças a favor das mulheres, em especial no acesso ao ensino superior.

Tabela VI
Escolaridade da população de 15 a 64 anos por sexo

Níveis	CENSO 2000		PNAD 2009	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem escolaridade	10%	9%	10%	8%
Ensino Fundamental I	31%	29%	19%	17%
Ensino Fundamental II	29%	27%	25%	23%
Ensino Médio	22%	26%	34%	36%
Superior	8%	9%	13%	16%

Fonte: IBGE: Censo Populacional 2000 e PNAD 2009

No caso dos resultados do Inaf, os mesmos avanços são constatados no período entre 2001-2002 e 2011, como demonstrado na tabela abaixo:

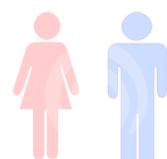
Tabela VII
Níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por sexo

Níveis	Homens		Mulheres	
	2001-2002	2011	2001-2002	2011
BASES	978	971	1022	1031
Analfabeto	12%	6%	12%	6%
Rudimentar	27%	21%	27%	21%
Básico	34%	46%	35%	48%
Pleno	27%	26%	26%	25%
Analfabeto e Rudimentar	39%	27%	39%	27%
Básico e Pleno	61%	73%	61%	73%

Fonte: Inaf Brasil 2001-2002 e 2011

Pelos dados acima, é possível afirmar que:

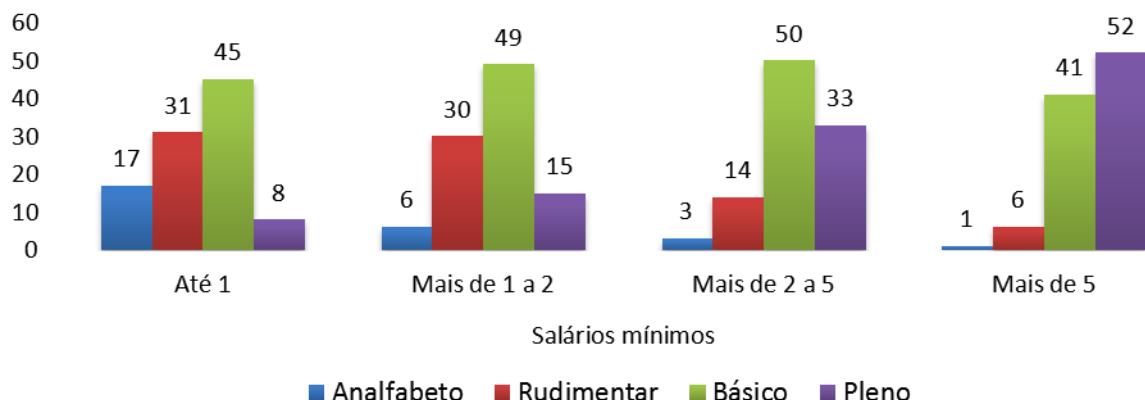
- Há aumento de 12 pontos percentuais na proporção de homens e mulheres de 15 a 64 anos funcionalmente alfabetizadas entre 2001-2002 e 2011 (de 61% para 73%). Esse aumento se deve, sobretudo, ao aumento da proporção tanto de homens quanto de mulheres incluídos no nível básico.
- Tanto para homens quanto para mulheres há redução em 6 pontos percentuais de analfabetos, indo de 12% em 2001-2002 para 6% em 2010. A mesma diminuição ocorreu no nível rudimentar de alfabetismo, com redução de 6 pontos percentuais para ambos os sexos.
- Não há variação substancial na proporção de homens e de mulheres em nível pleno de alfabetismo, mantendo-se estável em cerca de 25% ao longo da década considerada.



Alfabetismo e renda

Ao observar o comportamento do nível de alfabetismo segundo a renda, verifica-se que há uma correlação entre a renda familiar e o nível de alfabetismo. Com efeito, a proporção de analfabetos e daqueles incluídos no nível rudimentar diminui sensivelmente à medida que aumenta renda familiar. Já os alfabetizados em nível básico distribuem-se de maneira mais equitativa entre as diferentes faixas de renda familiar.

Gráfico VII
Níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos segundo renda familiar em 2011 (%)



Fonte: Inaf Brasil 2011

Observa-se ainda que:

- Apenas entre as pessoas que têm renda familiar maior que 5 salários mínimos o nível pleno é predominate, (52%), seguido pelo nível básico (41%), o que caracteriza quase a totalidade deste grupo (93%) como funcionalmente alfabetizada.
- Daquelas pessoas cuja renda familiar oscila entre 2 e 5 salários mínimos, só 33% atingem o nível pleno, ficando a metade no nível básico, 14% no rudimentar e um percentual muito pequeno (3%) na condição de analfabeto.
- Já entre as pessoas que possuem renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos como renda familiar, praticamente a metade fica no nível básico, 30% se limita ao nível rudimentar e 6% pode ser considerado analfabeto. Somente 15% das pessoas deste grupo chegam no nível pleno,
- Por fim, entre aquelas pessoas que possuem até 1 salário mínimo de renda familiar, quase a metade é de analfabetos funcionais (17% os analfabetos e 31% no nível rudimentar). Já entre as pessoas funcionalmente alfabetizadas, há um claro predomínio de pessoas no nível básico (45%) em relação ao nível pleno (8%).

Alfabetismo segundo cor/raça

Uma desigualdade conhecida no campo educacional refere-se aos grupos étnicoraciais, aqui compreendidos esquematicamente a partir da categoria cor/raça tradicionalmente utilizada pelo IBGE em suas pesquisas. A pergunta relacionada a este item segue a lógica de auto declaração dos sujeitos entrevistados.

Tabela VIII
Escolaridade da população de 15 a 64 anos segundo cor/raça

Escolaridade	CENSO 2000			PNAD 2009		
	Branca	Preta/Negra	Parda	Branca	Preta/Negra	Parda
Sem escolaridade	6%	16%	14%	5%	12%	12%
Até Ensino Fundamental I	27%	35%	34%	16%	19%	20%
Até Ensino Fundamental II	27%	28%	29%	21%	26%	26%
Ensino Médio	28%	18%	20%	37%	35%	33%
Ensino Superior	12%	3%	3%	21%	8%	8%

Fonte: IBGE: Censo Populacional 2000 e PNAD 2009

Apesar do aumento de escolaridade de negros e pardos na década considerada, ainda há desigualdades importantes em relação aos brancos:

- Dentre os brancos, houve diminuição da proporção de pessoas com até a segunda etapa do ensino fundamental, aumentando as proporções tanto no ensino médio quanto no ensino superior, com 9 pontos percentuais a mais em ambos os casos.
- Entre os pretos/negros, há uma queda de 4 e de 16 pontos percentuais na proporção de pessoas sem escolaridade ou com até a primeira etapa do ensino fundamental, respectivamente. Em relação ao ensino médio, a proporção subiu 17 pontos percentuais e, em relação ao ensino superior, há um aumento de 5 pontos percentuais ao longo da década.
- Os pardos também reduziram a proporção de pessoas com até a primeira etapa do ensino fundamental, passando de 48% no Censo 2000 a 32% na PNAD 2009. No mesmo período há uma diminuição de 4 pontos percentuais na proporção dos indivíduos deste grupo com a segunda etapa do ensino fundamental e uma clara expansão da proporção de pessoas com ensino médio e superior com aumento de, respectivamente, 13 e 5 pontos percentuais no período considerado.



Em síntese, observa-se que diminuiram as diferenças de pretos/negros e pardos em relação aos brancos no acesso ao ensino médio. No que se refere ao acesso ao nível superior, no entanto, os brancos progrediram mais na década do que os outros dois grupos.

A Tabela a seguir mostra como essas diferenças no acesso à escolarização se repletem nos níveis de alfabetismo:

Tabela IX							
Níveis		Branca		Preta/negra		Parda	
		2001-2002	2011	2001-2002	2011	2001-2002	2011
BASES		975	828	284	303	625	830
Analfabeto		9%	4%	16%	10%	15%	7%
Rudimentar		23%	16%	35%	26%	30%	24%
Básico		36%	48%	31%	44%	33%	48%
Pleno		31%	32%	18%	20%	23%	21%
Analfabeto e Rudimentar	Analfabetos funcionais	32%	20%	51%	36%	44%	31%
Básico e Pleno	Alfabetizados funcionalmente	68%	80%	49%	64%	56%	69%

Fonte: Inaf Brasil 2001-2002 e 2011

- Para os brancos, a proporção de pessoas funcionalmente alfabetizadas atingiu 80% em 2011, ante 68% na primeira edição do Inaf. Essa melhora de 12 pontos percentuais deve-se, sobretudo, ao aumento da proporção de pessoas de nível básico, já que o nível pleno ficou praticamente estagnado no período considerado.
- Entre os pretos/negros, destaca-se a diminuição em 6 pontos percentuais de pessoas consideradas analfabetas. Além disso, a proporção de pessoas alfabetizadas funcionalmente atingiu 64% em 2011, frente aos 49% em 2001-2002, mais uma vez explicada pela elevação da proporção de pessoas consideradas de nível básico.
- Por fim, os pardos também assistiram a uma redução do número de analfabetos entre 2001-2002 e 2011, indo de 15% para 7%; o mesmo acontecendo para os de nível rudimentar, com diminuição em 6 pontos percentuais no período. Há um aumento de 13 pontos percentuais na proporção de pessoas consideradas funcionalmente alfabetizadas, atingindo 69%, em 2011, ante 56%, em 2001-2002. Tal aumento deve-se, igualmente, à melhora das pessoas de nível pleno.
- Em nenhum dos três grupos houve uma variação significativa da proporção de pessoas no nível pleno.

Evolução dos níveis de alfabetismo por regiões

Outro dado que merece destaque quando analisado ao longo da década é o da evolução do alfabetismo nas diferentes regiões do país. Como mostram os gráficos abaixo, houve aumento na proporção de pessoas funcionalmente alfabetizadas em todas as regiões, exceto na região Sul.

Gráfico VIII

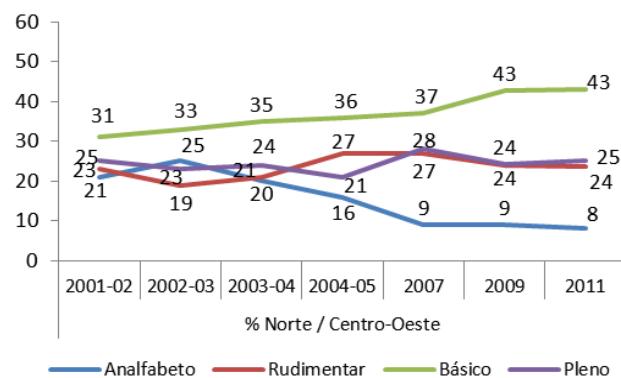


Gráfico IX

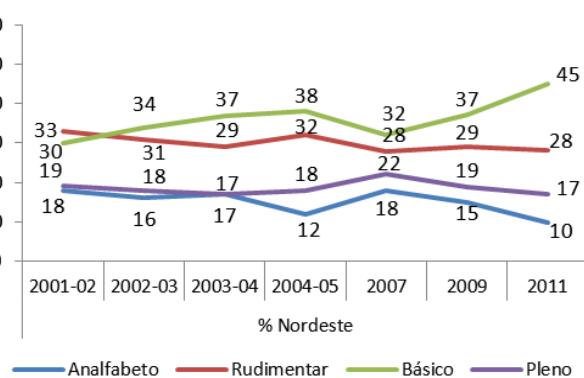


Gráfico X

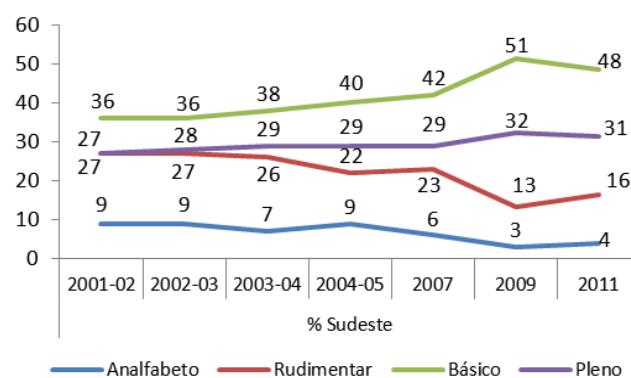
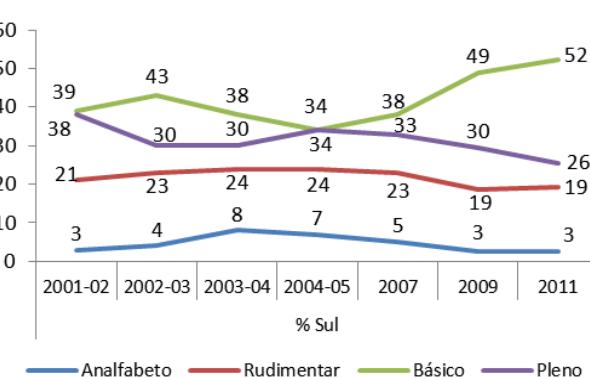


Gráfico XI



Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011

O grande destaque é a região Nordeste que, em dez anos, conseguiu reverter a situação majoritária de analfabetismo funcional em 2001-2002, atingindo 62% de sua população entre 15 e 64 anos funcionalmente alfabetizadas em 2011.

Tabela X
Níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por região

Níveis		Norte / Centro-Oeste		Nordeste		Sudeste		Sul	
		2001-2002	2011	2001-2002	2011	2001-2002	2011	2001-2002	2011
BASES		289	308	531	546	885	854	295	294
Analfabeto e Rudimentar	Analfabeto funcional	44%	32%	51%	38%	36%	20%	23%	22%
Básico e Pleno	Alfabetizado Funcionalmente	56%	68%	49%	62%	64%	80%	77%	78%

Fonte: Inaf Brasil 2001-2002 e 2011



Conforme os dados, destaca-se que:

- No período considerado, o percentual de analfabetos funcionais caiu 13 pontos no Nordeste, 16 no Sudeste, 12 no Norte/Centro-Oeste e 1 ponto no Sul, que desde o início da realização do Inaf apresentava o menor percentual de analfabetos funcionais em relação ao restante do país.
- Também houve redução do percentual de pessoas em nível rudimentar em todas as regiões, exceto no Norte/Centro-Oeste, que ficou no mesmo patamar ao longo da década.
- Houve aumento em mais de 10 pontos percentuais em todas as regiões, exceto a Sul, na proporção de pessoas funcionalmente alfabetizadas. Essa melhora deve-se, sobretudo, ao aumento das pessoas em nível básico.

Alfabetismo nas áreas urbanas e rurais

Ao longo da década considerada, houve melhora em ambas as áreas, com a manutenção de desigualdades em favor das áreas urbanas.

Tabela XI Níveis de alfabetismo da população entre 15 e 64 anos por setor					
Níveis		Urbano		Rural	
		2001-2002	2011	2001-2002	2011
BASES		1636	1684	339	279
Analfabeto		8%	5%	30%	14%
Rudimentar		26%	20%	34%	31%
Básico		36%	49%	25%	39%
Pleno		30%	27%	11%	16%
Analfabeto e Rudimentar	Analfabeto funcional	34%	24%	64%	44%
Básico e Pleno	Alfabetizado Funcionalmente	66%	76%	36%	56%

Fonte: Inaf Brasil 2001-2002 e 2011

Com base no levantamento:

- Há uma presença significativamente maior de analfabetos funcionais na área rural (44%) do que na área urbana (24%), ainda que os avanços da área rural tenham sido significativamente maiores na década.
- A proporção de pessoas funcionalmente alfabetizadas cresce 10 pontos percentuais nas áreas urbanas e 20 pontos percentuais nas rurais, sendo que em ambas o fator explicativo é o aumento da proporção de pessoas consideradas de nível básico.
- Há diminuição do percentual de analfabetos em ambas as áreas, sendo que a redução mais significativa acontece na área rural, com diminuição de 16 pontos percentuais no período considerado.

Pode-se afirmar que a melhora nos níveis de alfabetismo ocorre concomitantemente com a evolução positiva nos indicadores de escolaridade em ambas as áreas, com destaque para as melhorias nas áreas rurais, como mostram os dados do IBGE reportados na tabela abaixo:

Tabela XII Escolaridade da população por setor				
Escolaridade	CENSO 2000		PNAD 2009	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Sem escolaridade	7%	22%	7%	21%
Ensino Fundamental I	27%	48%	15%	32%
Ensino Fundamental II	29%	21%	24%	24%
Ensino Médio	27%	8%	38%	20%
Ensino Superior	10%	1%	16%	3%

Fonte: IBGE: Censo Populacional 2000 e PNAD 2009

BALANÇOS E PERSPECTIVAS



Os dados do Inaf relativos à última década demonstram que o Brasil já avançou principalmente nos níveis iniciais da alfabetização, mas não conseguiu progressos visíveis no alcance de níveis mais altos, que são hoje condição para inserção plena na cultura letrada e direito de todos os cidadãos, a quem se assegura o acesso pelo menos ao ensino fundamental completo. Isto reforça a posição de que é necessário fortalecer a dimensão do alfabetismo – considerando o desenvolvimento das habilidades de leitura/escrita e de matemática – não apenas em processos de alfabetização inicial, mas sim ao longo de todo o ensino básico e na educação de jovens e adultos. Apesar dos avanços, tornam-se cada vez mais agudas as dificuldades para fazer com que os brasileiros atinjam patamares superiores de alfabetismo. Este parece um dos grandes desafios brasileiros para a próxima década.

Os dados do Inaf reforçam a necessidade de investimento na qualidade, uma vez que o maior acesso, ainda que tenha contribuído para a redução do analfabetismo funcional, não foi suficiente para que o nível de alfabetismo da população evoluísse mais rapidamente para o nível pleno, que permaneceu estagnado ao longo de uma década nos diferentes grupos demográficos.

Cabe afirmar que a qualidade não se refere apenas à quantidade de horas de estudo ou à ampliação da quantidade de conteúdos ensinados, mas a um conjunto bem mais amplo de fatores como a adequação das escolas e currículos, a políticas intersetoriais que favoreçam a permanência dos educandos nas escolas, a criação de novos modelos flexíveis que permitam a qualquer brasileiro ampliar seus estudos quando desejar, em diferentes momentos de sua vida.

Também é fundamental o constante investimento na formação inicial e continuada de professores, que precisam ser agentes da cultura letrada em um contexto de inovação pedagógica. Assistimos no século XXI a uma séria crise de esvaziamento e desvalorização da profissão. Faltam profissionais em muitas regiões e áreas do conhecimento, sendo a formação inicial também insuficiente para dar conta da especificidade da educação de jovens e adultos. Tanto no ensino médio regular quanto na educação de jovens e adultos, observamos elevada evasão e uma escola inadequada ou preconceituosa em relação ao seu público, tido muitas vezes apenas como irreverente no caso dos jovens e menos capacitado no caso dos adultos, uma vez que já estariam muito atrasados em sua formação básica.

O Inaf Brasil consegue mostrar os resultados da educação escolar e continuada na população, fornecendo uma visão abrangente do problema. Permite uma visão de como agem de forma integrada a expansão das oportunidades educacionais e a piora/melhora da qualidade de ensino. Abarcando o conjunto da população, o Inaf mostra que pouco adianta uma escola de excelência que atenda a uma minoria; por outro lado, a massificação dos serviços escolares não pode se dar com o abandono da noção de qualidade. Uma nova qualidade precisa ser construída, considerando as demandas de uso da leitura, escrita e matemática não só para a continuidade dos estudos, mas para a inserção, de forma eficiente e autônoma, no mundo do trabalho e do exercício da cidadania.

SOBRE AS ENTIDADES ORGANIZADORAS

O Instituto Paulo Montenegro é uma organização sem fins lucrativos que, com base nos 70 anos de experiência do Grupo IBOPE em pesquisa, desenvolve e dissemina propostas educacionais inovadoras que contribuem para a melhoria da qualidade da educação, com vistas a contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, a melhoria das condições de vida da população, assim como na inserção do país em um mercado cada vez mais competitivo e globalizado.

Desde sua criação, no ano 2000, o Instituto Paulo Montenegro coordena o investimento social do Grupo IBOPE, confirmando sua atuação como uma empresa socialmente responsável, no Brasil e em outros 13 países da América Latina.



A Ação Educativa é uma organização não governamental fundada em 1994, com a missão de promover os direitos educativos e da juventude, tendo em vista a justiça social, a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável no Brasil. A Ação Educativa acredita que a participação da sociedade em processos locais, nacionais e globais é o caminho para a construção de um país mais justo. Por isso, alia a formação e a assessoria a grupos nos bairros, escolas e comunidades com a atuação em articulações amplas, a pesquisa e a produção de conhecimento com a intervenção nas políticas públicas.

A capacidade de realização da Ação Educativa resulta do alto empenho de sua equipe e da confiança e colaboração de uma ampla rede de parceiros nacionais e internacionais. Compromisso com a qualidade, capacidade de inovar e articulação com atores-chave nos campos da educação e da juventude é o tripé que sustenta a história e as realizações da Ação Educativa.